

RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.605 - RN (2018/0327696-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIAR FEDER NO ESTADO DO RGN**
ADVOGADO : **MARTSUNG FORMIGA CAVALCANTE E RODOVALHO DE ALENCAR - PB010927**
RECORRIDO : **UNIÃO**
INTERES. : **LUIZ IDALINO CAMARA PINHEIRO**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Rio Grande do Norte, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 333):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SERVIDOR PÚBLICO. URP DE ABRIL/MAIO DE 1988. 7/30 DE 16,19%. REESTRUTURAÇÃO SUBSEQUENTE NA CARREIRA. ABSORÇÃO DO ÍNDICE. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE VALORES.

1. Em se tratando de relação jurídica de prestação continuada, a contagem do prazo prescricional se renova a cada mês pela omissão do pagamento, sendo alcançada pela prescrição apenas as parcelas vencidas e não reclamadas antes do lustro anterior ao ajuizamento da ação.
2. Os servidores públicos e os trabalhadores em geral têm direito, no que concerne à URP de abril/maio de 1988, apenas ao valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre os vencimentos e salários pertinentes, aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, devidamente corrigido até o efetivo pagamento (Súmula nº 671 do STF).
3. Contudo, o reajustamento será devido até a absorção do índice por eventual reestruturação subsequente de carreira dos servidores, a ser apurado, individualmente, em sede de execução de sentença, compensando-se valores eventualmente pagos.
4. Hipótese em que a contadoria do foro, nos autos do Processo 0805354-89.2015.4.05.8400, constatou que " a URP devida foi de 3,77% (16,19% x 7/30 = 3,77%), onde seu prejuízo renovou-se a cada mês a partir do fato gerador (abril e maio/88) e os danos cessaram em outubro de 1988, por ocasião da reposição ocorrida em novembro de 1988.", de modo que inexistem valores a ser executados.
5. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta, preliminarmente, ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão a respeito da citação literal de determinados dispositivos legais.

Quanto à questão de fundo, sustenta violação dos arts. 507 e 508 do CPC/2015, ao fundamento de que o acórdão combatido, ao dar procedência aos embargos à execução opostos pela União, violou a coisa julgada material, haja vista que não ocorreram os reajustes nos meses de abril e maio de 1988.

Contrarrazões (e-STJ, fls. 762/763).

É o relatório.

A irresignação não comporta conhecimento.

Preliminarmente, não se conhece da suposta afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente limitou-se a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo, apenas indicando dispositivos de lei, sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

No mérito, verifica-se que o Tribunal de origem, a despeito da oposição dos embargos de declaração, não proferiu juízo de valor a respeito dos arts. 507 e 508 do CPC/2015 (e a tese a eles vinculada), de forma que o exame da matéria caracterizaria indevida supressão de instância, atraindo a incidência da Súmula 211/STJ.

Ademais, compulsando-se os autos, constata-se que o pleito de verificação de suposta contrariedade à coisa julgada ensejaria indubitável reexame dos contextos fático e probatório dos autos (conclusão pela inexistência de valores a receber), notadamente dos cálculos e demais nuances fáticas citadas pelo próprio recorrente, tais como efetiva recomposição do reajuste e data do ingresso na carreira, esbarrando no óbice da Súmula 7/STJ.

Noutro passo, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

